

com um só da Assembleia Municipal
de 28.12.2020. (tunc)
Alameda tem 13 votos e favor
e 3 (três) abstenções.
Assinatura

ATA N.º 23 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PEDRÓGÃO GRANDE

Mandato 2017/2021

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, do mês de setembro. -----
Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte, (segunda-feira), pelas quinze horas e vinte cinco minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, na casa Municipal da Cultura, com a seguinte ordem do Dia: -----

Ponto um- Período Antes da Ordem do Dia. -----

Um ponto um- Aprovação das Atas das Reuniões anteriores. -----

Um ponto dois- Informações do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do expediente. -----

Um ponto três- Apreciação por qualquer membro de assuntos de interesse local. -----

Ponto dois- Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade Municipal. -----

Ponto três- Propostas do Município: -----

Três ponto um - Proposta para alteração da estrutura orgânica do Município de Pedrógão Grande e respetivo Mapa de Pessoal. -----

Três ponto dois- Proposta da fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2021. -----

Três ponto três- Proposta de Lançamento da Derrama a cobrar no ano de 2021. -----

Três ponto quatro- Proposta de participação Variável do Município no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – ano 2021. -----

Três ponto cinco-Proposta de Fixação da Taxa Municipal de Diretos de Passagem para o ano de 2021. -----

Três ponto seis- Proposta de designação de um membro da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Municipal de Toponímia, nos termos da alínea b), do n.º 1 do art.º 3.º, do Regulamento Municipal de Toponímia. -----

Ponto quatro- Período Destinado à Intervenção do Público. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, António Tomás Correia começou por cumprimentar todos os presentes e solicitou que se procedesse à assinatura do livro de ponto, verificando-se as presenças dos seguintes Membros da Assembleia Municipal e as respetivas substituições dos que faltaram justificadamente: Fernando Manuel Fernandes Antunes; Joaquim Augusto Torres Simões Palheira; Luís Filipe Henriques Antunes (não esteve presente e não teve substituição); Carlos Manuel Simões Dias José; José Carlos Guia dos Santos (em substituição de Fernando Gonçalo Silva Fernandes); Nélia Maria Henriques Alves; Luís Miguel Pereira Crespo (em substituição de José Jesus Seco da Cruz); Joaquim Coelho Baeta Graça; Luís Manuel Piedade David; Rui Miguel Morgado Capitão; Paula Rita Paiva de Carvalho; Ricardo Dionísio Antunes da Mata Pereira; João Dias Gama (em substituição de Henrique Manuel Fernandes Leite); Magda Sofia Alves David; Pedro Manuel da Silva Pereira -Presidente da Freguesia da Graça (não esteve presente e não teve substituição);

Carlos Fernandes do Jogo - Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande e José António Dinis Henriques- Presidente da Junta Freguesia de Vila Facaia .-----

Estiveram presentes nesta sessão ordinária, os seguintes membros da Câmara Municipal: **Presidente da Câmara Municipal Valdemar Gomes Fernandes Alves e Vereadores: António José Figueira Domingues; Maria Margarida David Lopes Guedes; Raúl José Piedade Baptista Garcia e Nelson David Fernandes. -----**

Confirmada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal e cumprimentou todos os presentes. -----

A mesa da Assembleia Municipal teve a seguinte constituição: Presidente da Assembleia Municipal **António Tomás Correia, Primeiro Secretário Fernando Manuel Fernandes Antunes e Segundo Secretário Joaquim Augusto Torres Simões Palheira. -----**

O Presidente da Assembleia Municipal deu início à Ordem de trabalhos no Ponto um - Período Antes da Ordem do Dia. -----

Ponto um, ponto um - Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, fez referência às atas **número vinte e um, de trinta de junho de dois mil e vinte**, foi posta a votação, sendo aprovada por maioria, com um voto contra do Membro da Assembleia Municipal Ricardo Dionísio Antunes da Mata Pereira e uma abstenção do Membro da Assembleia Municipal Luís Miguel Pereira Crespo. A **ata número vinte e dois de dez de agosto de dois mil e vinte**, também posta a votação e aprovada por maioria, com três abstenções dos membros da Assembleia Municipal João Dias Gama, Nélia Maria Henriques Alves e Carlos Manuel Simões Dias José. O Membro da Assembleia Municipal Ricardo Pereira cumprimentou todos os presentes e solicitou à Mesa da Assembleia Municipal permissão para fazer uma declaração referente à ata número vinte e um de trinta de junho de dois mil e vinte, explicando que votou contra a aprovação da ata, porque esta Reunião da Assembleia Municipal foi mal convocada, nesta altura já era membro efetivo da Assembleia Municipal, não sendo convocado como tal e como também não se fez menção nenhuma na ata nesse termo, sendo mencionado incorretamente alguém que não deveria ser efetivo. Considera que não está correto, inclusive que todas as deliberações constantes da mesma não estão legalmente habilitadas, porque um dos elementos que deveria ter sido convocado como membro efetivo, não o foi e, nesse sentido votou contra e inclusive propõe que essa Assembleia Municipal fosse repetida, porque lhe parece que não cumpre com os requisitos legais.-----

O Presidente da Assembleia Municipal interveio para esclarecer, que relativamente à declaração de voto apresentada pelo Membro da Assembleia Municipal Ricardo Pereira, a Mesa aceita o seu conteúdo. Em referência à proposta de repetir a Assembleia Municipal de trinta de junho de dois mil e vinte, não aceita essa repetição, porque entende que os pontos que foram votados na mesma foram claros. Assim sendo não se vai convocar nova Assembleia Municipal. -----

Ponto um, ponto dois - Informações do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do

expediente. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, António Tomás Correia, interveio para informar os presentes sobre alguns assuntos que chegaram ao Presidente da Mesa e começou por referir, em primeiro lugar, uma campanha de angariação de material escolar, promovida pelo INATEL, campanha bastante meritória, no sentido desse material ser angariado para chegar àqueles que mais precisam, sendo natural existir interesse dos deputados e de todos os presentes nesta Assembleia Municipal, no sentido de havendo possibilidades de se fazer o encaminhamento do material que entendam angariar para a mesma. -----

Um segundo assunto está relacionado com o Centro de Saúde de Pedrógão Grande, e esclareceu que o Presidente da Câmara Municipal informou a ARS Centro no sentido de recomendar alguns cuidados e diligências a adotar, por virtude do seu funcionamento e dos seus equipamentos e que consta de um ponto que os equipamentos do edifício carecem de manutenção periódica, sob pena do empreiteiro se recusar a corrigir as anomalias, que lhe sejam imputáveis e não ser possível acionar a garantia para o efeito. Informou ainda que o Coordenador da Unidade de Saúde de Local de Pedrógão Grande, enviou uma carta dizendo que já eram observados todos os requisitos técnicos, mas que não é por se observarem todos estes requisitos que não tem que se continuar a ter cuidados no futuro. Este assunto, que chegou para seu conhecimento e para os efeitos que achasse convenientes, pelo que entendeu que devia dar esta informação a esta Assembleia Municipal. -----

Outro assunto que considera importante e, também porque é a primeira vez que irá acontecer, está relacionado com a necessidade de ser convocada uma Assembleia Municipal Extraordinária para realizar, pelo menos, a eleição para o Presidente e Vice-Presidente da CCDRC - Comissão de Coordenação Direção Regional Centro. Esta Assembleia Municipal vai ter lugar em simultâneo com todas as outras Assembleias Municipais, entre as nove e as dezoito horas do próximo dia treze de outubro e vai ser convocada a seu tempo. Solicitou a participação dos deputados e agradece aos mesmos, porque acredita que vão participar ativamente na eleição. -----

Ponto um ponto três - Apreciação por qualquer membro de assuntos de interesse local. -----

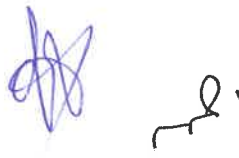
Tomou a palavra a Deputada Nélia Alves, que começou por cumprimentar todos os membros da mesa na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal, o Executivo Municipal e todos os restantes presentes. Primeiro disse que não poderia deixar de se pronunciar sobre a hora e dia da Assembleia Municipal. Marcar uma Assembleia Municipal Ordinária para uma segunda-feira às quinze horas é para todos muito difícil, particularmente para si e decerto para os restantes deputados. Há um esforço, uma ginástica, uma dinâmica em termos profissionais e também pessoais, pelo que apela ao Presidente da Assembleia Municipal para que tenha efetivamente esta sensibilidade, para que o agendamento das próximas Assembleias Municipais possa ser efetuado em harmonia, compreendendo os esforços das vidas pessoais e profissionais dos deputados, passando o horário para o final do dia, o que seria para todos mais vantajoso. Percebe que para o Executivo Municipal possa ser mais fácil este horário, mas para os deputados não deixa de ser um esforço e até um transtorno em alguns dias. O segundo ponto da sua intervenção está relacionado com o Turismo e verificou que, fruto também da Pandemia COVID 19,



Pedrógão Grande aumentou e muito o turismo durante este verão, o que é de enaltecer. Efetivamente Pedrógão Grande é visto de outra forma. Os nossos empresários do ramo hoteleiro e todos os outros serviços ganharam com isto, foram muito bons para Pedrógão Grande estes meses e muito se deve a quem optou por fazer o percurso da EN2, mas efectivamente pedia-se mais. O marco da EN2 está colocado num local muito bom e bem visível, enalteceu o Executivo Municipal por o ter colocado mesmo dentro de Pedrógão Grande, mas pedia-se mais, no sentido de que as pessoas que nem sempre passam a horas que lhes seja possível carimbar os seus passaportes e até no sentido de haver outros estabelecimentos como bombas de gasolina ou outros que pudessem prestar esse serviço, seria muito bom. Continuando a sua intervenção com um terceiro ponto e referente, mais uma vez, ao site da Câmara Municipal. Quem decide parar em Pedrógão Grande para fazer a EN2, ou simplesmente para visitar, não tem qualquer referência, no site da Câmara Municipal, à EN2, aos sítios onde pode comer, onde pode ficar hospedado e assim os turistas acabam por não terem informações corretas no próprio site, por exemplo, ainda constam restaurantes que já se encontram fechados. Pedrógão Grande perde por esta informação não estar devidamente atualizada. Gostaria de deixar uma sugestão, porque acha bastante importante dar sugestões e como deputada pensa que deve colaborar nestes assuntos para melhoria do respectivo site, não ver só o que está mal, mas também sugerir melhorias. É de opinião que poderia ser criado no site um campo para a EN2, com por exemplo sugestões de alojamento, sugestões de restaurantes e de locais para piqueniques em família, porque temos paisagens extraordinárias e, também criar um campo para o percurso da EN2 no nosso site, todos ficaríamos a ganhar e aproveitar esta situação que adveio do turismo no interior. O quarto ponto está relacionado com a ALE, verificou que nos últimos tempos tem havido um desenvolvimento nos trabalhos e enaltece o Executivo pelo esforço final que está a ser feito. Questionou ainda se está a ser preparado algum regulamento, para quando a sua publicação e se vamos encontrar possíveis empresários interessados, onde está e se está a ser feita a promoção da ALE. Por último um quinto ponto que é relativo ao Restaurante “Lago Verde” e gostaria de saber qual o ponto de situação do mesmo. -----

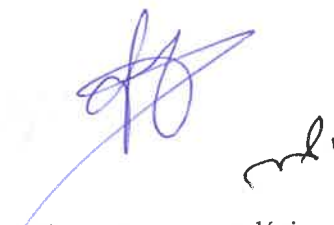
O Deputado Luís Crespo interveio e começou por cumprimentar os presentes na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal. Alertou o Executivo Municipal para a existência de um sobreiro junto à EN350, entre a Lameira Cimeira e o Pinheiro Bordalo e para o facto do mesmo se encontrar seco e a pender para a estrada, junto de uma curva, o que põe em perigo qualquer viatura ou até pessoas que circulem naquela via. -----

Tomou a palavra o Deputado Rui Capitão cumprimentando a mesa na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal, o Executivo na pessoa do Presidente da Câmara Municipal e demais presentes. Informou que a sua intervenção vai no sentido de que na área do turismo, efetivamente nesta altura da Pandemia COVID 19, a zona centro acabou por ser bafejada pela sorte, sobretudo Pedrógão Grande. A zona centro pode ser um retiro de qualidade, tendo em conta os números da COVID 19 nesta área, tem vindo a aperceber-se da aposta que as pessoas fazem no turismo associado à rota da EN2 e, sobretudo, na aposta que se está a fazer na compra de habitações - de casas de xisto - e não só, sendo algo que efetivamente devemos explorar. Reafirmou que a rota EN2 foi muito bem concebida. Apresentou também algumas sugestões e



rodagem, árvores caídas que foram colocadas nas bermas, onde continuam e a falta de limpeza com as silvas a crescerem por tudo o que é sítio. Longe vai o tempo, em que todos os fins-de-semana este trajeto era percorrido por pessoas de fora do Concelho. Disse ainda que por diversas vezes informou o Presidente da Câmara Municipal da necessidade do lixo ser recolhido, pelo menos duas vezes por semana nas freguesias e nada foi feito, continua o eterno mau cheiro junto dos contentores. Questiona o Município se defendeu esta situação junto da nova empresa. Continuando e, em referência ao IC8 no nó do Mosteiro, sempre que chove com mais intensidade esta via é atravessada pelas águas pluviais criando lençóis de água, tornando-se um perigo para quem nela circula, tendo já provocado alguns acidentes. Questionou o Presidente da Câmara Municipal o que tem sido feito junto das Infraestruturas de Portugal para resolverem o assunto. -----

O Deputado Ricardo Pereira interveio abordando dois pontos simples mas preocupantes. O primeiro prende-se com uma questão que quer colocar ao Presidente da Câmara Municipal. O pavilhão gimnodesportivo neste momento está a ser ocupado pela estrutura de prevenção à Pandemia COVID 19 e temos aqui um problema de fundo, que se prende com as aulas de educação física no agrupamento de escolas de Pedrógão Grande, as crianças não conseguem usar o pavilhão, até agora não tem havido grande problema porque não está a chover, este vai surgir quando começar o inverno a sério. Tem conhecimento que o professor de educação física e a escola já tentaram falar com a Câmara Municipal para se arranjar as melhores soluções para este problema. Solicitou ao Presidente da Câmara Municipal que se arranje uma alternativa, porque as crianças estão desde de março confinadas e agora está a ser feito um bom trabalho por parte dos professores de educação física, para tentarem aproveitar os espaços verdes que existem, mas quando começar a chover vamos ter problemas e turmas de vinte cinco alunos dentro de uma sala de aulas não conseguem arranjar alternativas para praticarem desporto. O segundo ponto prende-se com o agrupamento de escolas, que só tem duas turmas com este número de alunos, sendo este outro tema que quer aqui deixar. É muito preocupante, cada vez temos menos alunos neste agrupamento, com turmas consecutivas de doze e treze alunos e uma ou duas turmas por ano, notando-se assim que cada vez temos menos alunos na escola e isto será um problema a médio prazo. Em referência ao site do Município e dirigindo-se também ao Presidente da Câmara Municipal, informou que já entregou vários requerimentos, até através da Assembleia Municipal, com perguntas sobre o site e nunca foram respondidas, algumas já há bastante tempo, cerca de um ano e meio. Neste sentido volta a referir que temos informação errada no site, alertando o Presidente da Assembleia Municipal que o elenco da Assembleia Municipal está errado, ou seja, o seu nome não consta naquela lista como Deputado da Assembleia Municipal, houve alteração aos Vereadores para um Vereador novo, mas os Deputados da Assembleia Municipal não foram atualizadas. Sugere que pelo menos esses dados sejam alterados. Quanto à estrutura do site, mais uma vez não temos informações, temos uma aplicação e aqui questionou o Presidente da Câmara Municipal se está a ser atualizada, se existe algum contrato de manutenção da aplicação sobre Pedrógão Grande. Disse ainda que vai fazer chegar ao Presidente da Câmara Municipal uma carta aberta a tentar fazer de novo as perguntas, que fez há um ano através da Assembleia Municipal, para obter as respostas que teimam em não chegar. Informou também que não vale a pena apontar este ou



questionou se no verão e, neste momento, há e quantos, espaços museológicos se encontram abertos no concelho de Pedrógão Grande, porque podem ser uma boa oferta a quem nos visita e como é que essa oferta está a ser publicitada. Solicitou ainda esclarecimento sobre o Parque de Campismo de Pedrógão Grande, para saber quando é que a empresa vencedora do concurso poderá tomar posse do mesmo. Ainda em referência Restaurante “Lago Verde”, questionou se algo estaria a demorar o concurso e se sim, gostaria de saber o quê. De seguida e ainda dentro do ponto sobre a EN2, em relação à sua sinalização de quem vem de norte, no sentido do Vale do Barco, referiu que convinha que houvesse ali uma indicação expressa, de que a rota da EN2 vai para dentro da Vila de Pedrógão Grande, ou seja se as pessoas seguirem aquele trajeto não seguem o traçado original da rota, o trajeto da EN2, pois há um sinal junto à zona industrial, no entroncamento de quem vem para Pedrógão Grande, que na sua opinião não tem razão para estar naquele local, porque pode induzir muitas pessoas em erro no sentido de que estão na EN2 e acabam por seguir a estrada indo ter a Figueiró dos Vinhos ou à Sertã. Seria bom que no Vale do Barco se conseguisse sinalizar devidamente o trajeto, por exemplo colocar um marco como os que estão no centro da vila, para que a EN2 fosse bem sinalizada para dentro de Pedrógão Grande. Em relação à ALE solicitou informação, sobre o que falta para terminar a obra e, se não falta nada no ponto de vista material e no ponto de vista regulamentar é bom que não se cometam os mesmos erros que ocorreram no passado, querendo com isto dizer que deve haver um caderno de encargos com cláusulas que iriam proteger e acautelar os interesses da Câmara Municipal. Continuando, referiu que quanto ao Tribunal de Contas, no que diz respeito à Associação Pinhais do Zêzere, o mesmo não refere em momento algum a extinção desta Associação. A Pinhais do Zêzere, desde que cumpra com os objectivos para a qual foi criada, tem um interesse relevante para este Concelho, tendo que ser protegida neste aspeto. Referiu ainda, em relação às segundas habitações, que há algum tempo atrás foi aprovado um regulamento de apoio a estas habitações e na altura a Vice-Presidente da Câmara Municipal, terá dito que havia três ou quatro casos que teriam sido aprovados. A questão é se algum desses casos já foi executado e se houve apoio aos mesmos por parte da Câmara Municipal. Em referência à APIN disse que o “duro” das faturas estão a chegar e primeiro gostaria de saber qual foi a facturação da Câmara Municipal à APIN no seguimento dos bens e serviços que emprestou desde janeiro até à presente data e se a Câmara Municipal tem ideia qual o número de reclamações de utentes, que terá recebido em relação aos serviços e à qualidade dos mesmos, prestados pela APIN. -----

Tomou a palavra o deputado Joaquim Baeta, que começando por cumprimentar a mesa na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal, o Executivo na pessoa do Presidente da Câmara Municipal e demais presentes. Informou que circular com uma viatura pesada no nosso concelho, torna-se cada vez mais difícil e perigoso, pois as árvores vão crescendo e em muitos lados já houve ocupação de um metro a um metro e meio da faixa de rodagem. Mais perigoso ainda é dentro das povoações, onde oliveiras e todo o tipo de árvores de fruto vão ocupando parte da via pública. Neste sentido é urgente que o Município tome medidas para acautelar estas situações. Relativamente à Grande Rota do Zêzere, refere que está completamente ao abandono, quando se desce do Casal dos Ferreiros para a Ribeira dos Nunes, o percurso para sul, onde já passaram viaturas ligeiras agora torna-se impossível, desde pedras na faixa de



Assembleia Municipal de Dezembro de dois mil e dezanove ter sido questionado o atraso desta obra e o Presidente de Câmara Municipal ter informado que esta era da responsabilidade da Diocese de Coimbra e agora ser tornado público que a Câmara Municipal tinha assumido a requalificação desta Capela. Questionou então se realmente isto corresponde à realidade, para não darmos falsas esperanças à população, porque se trata de um bem “querido” para todos. Quer também que o Presidente da Câmara Municipal revele se vai cumprir com a arquitetura do edifício anterior ao incêndio, ou se vai ter alguma modernização, voltando a mencionar a importância desta obra para a freguesia de Graça e Vila Facaia há muito desejada.-----

O Deputado da Assembleia Municipal José Dinis interveio para questionar o Presidente da Câmara Municipal sobre os diversos emails, que a Junta de Freguesia de Vila Facaia tem enviado para o Município, com conhecimento ao Presidente da Câmara Municipal e nunca foi obtida qualquer tipo de resposta, informando que isto já se arrasta há alguns meses. Gostaria de saber o porquê.-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para esclarecimento dos Deputados.-----

O Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra e começou por cumprimentar todos os presentes na sala. Em referência ao turismo agradece à Deputada Nélia Alves pelas sugestões, que são realmente muito elucidativas e também pela sua apreciação em relação à colocação do marco da EN2. Foi colocado naquele local por ali passar a EN2 desde o seu início. Tivemos um verão muito bom, passaram por cá milhares de pessoas que contribuíram para o desenvolvimento da economia no Concelho, principalmente para os restaurantes. Relativamente ao site, há um sobre a EN2, com todos os esclarecimentos referentes a esta zona, inclusive aos restaurantes existentes nesta rota. Informou ainda que vai verificar melhor a situação do site do Município e esclareceu que o executivo tenta sempre fazer o melhor possível e está bastante atento. Salientou também que foi lançado para este verão, um roteiro de excelente qualidade, dos caminhos pedestres e outras rotas. Quanto à ALE- Área de Localização Empresarial, está a ser elaborado um regulamento bastante específico, para não se cair nos erros passados, querendo um regulamento devidamente elaborado, submetido a análise da CCDRC, previamente à submissão aos órgãos municipais competentes. Em referência ao restaurante “Lago Verde”, foi aberto o concurso que ficou deserto, há vários contactos de pessoas que querem concorrer, mas dado o empreendimento em causa e à situação que vivemos da Pandemia COVID 19, os investidores não estão muito à vontade em assegurar, para já, esta estrutura porque é um investimento de custo muito elevado, mas continuam a insistir e o Município em conjunto com os seus técnicos, está a diligenciar e a estudar a maneira de se resolver a situação do Restaurante “Lago Verde” o mais rapidamente possível. -----

Em resposta ao Deputado da Assembleia Municipal Luís Crespo o Presidente da Câmara Municipal informou que, o Vice-presidente e o Eng.º Rui Alves, da Proteção Civil, já estavam a tratar do assunto. ---

O Presidente da Câmara Municipal continuou para responder ao Deputado da Assembleia Municipal Rui Capitão, agradeceu as palavras no que toca ao turismo, que por várias razões o nosso Concelho esteve em “alta”, principalmente a sede de Concelho. Houve vários eventos que motivaram a presença de tantos turistas, inclusive o Parque Municipal de Campismo esteve sempre com lotação máxima esgotada, isto



aquele motor de busca que publica imagens erradas, porque os motores de busca divulgam as imagens consoante as partilhas e as consultas dessas imagens, quanto menos imagens se colocarem na internet, menos vamos ter essas imagens a ser partilhadas e consultadas e o algoritmo da Google, por exemplo o que faz é mostrar as imagens que são mais visualizadas, se não se melhorar o site, não inserirmos outro tipo de informação, vamos ter sempre mais do mesmo. -----

O Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra e começando por esclarecer o Deputado Ricardo Pereira de que lê todos os requerimentos que são feitos e constam nomeadamente em atas, sendo os mesmos canalizados para que o executivo possa desenvolver as ações atinentes aos esclarecimentos. Informou o Deputado Ricardo Pereira que o Presidente da Assembleia Municipal não é coordenador ou gestor do próprio site do Município, por conseguinte alguém do Município faz essa gestão. O Presidente da Assembleia Municipal e a Mesa querem e pretendem que o Município seja tão rigoroso quanto o deva ser. -----

Tomou a palavra o Deputado João Gama começando por cumprimentar a mesa na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal, o Executivo na pessoa do Presidente da Câmara Municipal e demais presentes na sala. Começou por esclarecer que quer dar voz a muitos cidadãos de Pedrógão Grande, solicitando ao Presidente da Câmara Municipal, que tem ligações institucionais mais privilegiadas nos Serviços de Saúde Regionais e Locais, para que os utentes do Centro de Saúde de Pedrógão Grande sejam condignamente atendidos. Não é admissível que depois de tantos anos após o vinte cinco de abril, depois dos meses de confinamento e de se saber o que agora se sabe em relação à transmissão do vírus COVID 19, que o Centro de Saúde tenha um atendimento de rua, parece que nunca está ali ninguém, as pessoas esperam mais de quarenta e cinco minutos ao sol sem condições, porque não podem entrar e ninguém os atende devidamente, tudo isto é inadmissível. Disse ainda que também é funcionário público e que atendeu centenas de pessoas em maio, junho e julho, cumprindo todas as regras de segurança impostas pela DGS. As pessoas têm que ser atendidas condignamente, não se justificando, à luz do que é conhecido, que não seja possível fazer muito melhor pelas pessoas. Alertou o Presidente da Câmara Municipal para o facto de ter de se tomar alguma medida, no sentido de resolver estas situações o melhor possível, e para que a Câmara Municipal tem que dar “voz” a estas necessidades tão importantes. -----

A Deputada Magda David cumprimentou a mesa na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal, o Executivo na pessoa do Presidente da Câmara Municipal e demais presentes na sala. Solicitou um esclarecimento ao Presidente Assembleia Municipal sobre se tinha sido convocada oficialmente por CTT, porque não recebeu a convocatória via CTT, mas apenas per email. Gostaria que lhe fosse esclarecida esta situação. -----

O Presidente da Assembleia Municipal informou a Deputada da Assembleia Municipal Magda David que tinha sido convocada também via CTT. -----

Continuado, a Deputada da Assembleia Municipal Magda David, questionou o Presidente da Câmara Municipal sobre o ponto das obras por empreitada e administração direta, entre doze de junho de dois mil e vinte e trinta e um de agosto do mesmo ano, onde se encontra em fase de projeto, a Capela da Senhora das Brotas. Regozijou-se em ver a referência à obra, embora tardia. A questão prende-se pelo facto de na

desmontar o material montado dentro do Pavilhão, para fazer face ao problema da Pandemia COVID 19, porque se surge algum surto no nosso concelho depois não temos onde alojar as pessoas. Vamos tentar conjugar os interesses de todos, mas como já referiu aquele espaço tem que ser mantido como está. As crianças vão ter, com certeza, algum sítio para a prática desportiva. Em relação às turmas, tem havido um melhor entendimento entre o Município e o Agrupamento de Escolas de Pedrógão Grande, estando a analisar todo esse problema com muita precaução e cautela. Relativamente aos sites informou que já se tinha pronunciado sobre a situação, quando respondeu à Deputada da Assembleia Nélia Alves e, quanto às respostas aos emails, com certeza que as vai ter e todas as necessárias. Como Presidente da Câmara Municipal disse estar disposto a receber o Deputado Ricardo Pereira e assim como técnico que é, poderá dar uma ajuda se assim o entender. -----

Em referência ao Centro de Saúde de Pedrógão Grande, informou o Deputado da Assembleia Municipal João Gama quanto ao atendimento que sabe que é extremamente difícil e complicado e que já se deslocou lá algumas vezes, mais em visita, para saber o ponto de toda a situação relacionada com a Pandemia COVID19 e tem encontrado sempre a porta aberta, mas vai estar atento a tudo o que aqui foi exposto. Vai falar com o Coordenador do Centro de Saúde e relatar esta situação, para ser resolvida o mais rapidamente e o melhor possível. Aquele tipo de atendimento já lhe foi relatado por outras pessoas e realmente o atendimento na rua não é o desejável. -----

O Presidente da Câmara Municipal continuou e informou a Deputada da Assembleia Municipal Magda David, referindo-se à Capela da Senhora das Brotas e confirmou que o projeto foi elaborado pela Técnica do Município, Arquitecta Sofia Ferreira, em colaboração com a Arquitecta Bárbara, que irá ser entregue esta semana. Está-se a tentar que esta etapa fique pronta ainda este ano, sendo que é também uma grande obra para Pedrógão Grande e não só para Graça e Vila Facaia. Vai ser feito um grande reparo naquela obra, com mais espaço envolvente. -----

O Presidente da Câmara Municipal continuou para esclarecer o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Facaia José Dinis, que relativamente aos emails enviados, por vezes são a solicitar algo e são encaminhados, diretamente, aos serviços competentes. Futuramente vai ter em atenção e pedir que seja informado da resposta, para que sejam oficiados à Junta de Freguesia de Vila Facaia.-----

O Deputado da Assembleia Municipal Joaquim Baeta interveio para esclarecer que não falou nos contentores por lavar, porque pelo contrário eles estão limpos, o que quis dizer foi que a recolha de lixo devia ser feita mais que uma vez por semana na sede da freguesia de Graça, onde se encontram bastantes contentores com o lixo acumulado durante oito dias. -----

O Deputado da Assembleia Municipal Ricardo Pereira interveio, para esclarecer o Presidente da Câmara Municipal que se for convocado certamente estará presente e prestará todos os esclarecimentos/ respostas às questões estando disponível, como sempre esteve. Em referência ao site já há bastante tempo que é informado que o mesmo está quase pronto e, afinal, continua exatamente igual. Deixou uma solução muito simples que resolve dois problemas, que são primeiro fazer chegar uma proposta à ETPZP e no âmbito do ensino a mesma fazer o site da Câmara Municipal e o Município paga as respetivas custas do procedimento, e segundo está assim a ajudar a ETPZP, como uma entidade do concelho e com a vantagem



mostra que Pedrógão Grande é uma terra de gente boa e séria. Em referência aos museus vai tentar, nas próximas estações primavera/verão, fazer um acordo com a Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande, como titulares dos espaços existentes, porque realmente temos uma riqueza enorme, principalmente em arte sacra, digna de ser vista. Relativamente ao Parque Municipal de Campismo, neste momento já está adjudicado e esteve pendente por falta da entrega de um documento, mas neste momento já estão a ser ultimados os procedimentos para ser entregue o mais rapidamente possível ao concessionário. Quanto aos sinais de trânsito na EN2, temos um problema com a sinalização, porque tudo o que se refere a esta estrada tem que ser aprovado em Assembleia Geral da EN2, tudo tem que ser regulamentado, mesmo os próprios sinais e devidamente uniformizados. A Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2 quer também que seja subsidiada, pelo Turismo de Portugal, toda a sinalização. Informou ainda em referência à ALE - Área de Localização Empresarial de Pedrógão Grande e como já referiu, está a ser preparado um regulamento que será remetido para análise à CCDRC, dado haver fundos oriundos de candidaturas. Na questão do Tribunal de Contas não foi mencionada a extinção da Associação Pinhais do Zêzere, sendo essa parte protegida. Há realmente um processo aberto na sequência da auditoria feita e cada Município, em conjunto com os seus advogados, vão analisar a situação com confidencialidade, dado a mesma ter sido solicitada no ofício enviado ao Presidente da Câmara Municipal. Em relação à APIN aproveitou para informar, que o setor de Pedrógão Grande é, neste momento, o setor que melhor está a funcionar, isto em relação aos concelhos que pertencem ao setor da Pampilhosa da Serra. O Presidente da Câmara Municipal continuou, para responder ao Deputado da Assembleia Municipal Joaquim Baeta, dizendo que, neste momento, temos uma equipa a trabalhar há cerca de duas, três semanas na limpeza das estradas e vai-se criar uma outra para tratar dos problemas das cheias que poderão surgir com o aproximar do inverno, estando tudo a ser controlado pela Proteção Civil. É de lastimar que os proprietários não tomem as devidas precauções relativamente a estas situações, como é o exemplo do corte de árvores. Relativamente à Grande Rota do Zêzere, pensa que não está assim tão intransitável, poderá ter acontecido há quinze dias atrás, quando surgiram as últimas trovoadas e ventos fortes, porque a sua limpeza foi feita por uma empresa contratada pelo Município nos meses de julho e agosto, mas vai averiguar a situação atual. Quanto aos contentores foram lavados há cerca de um mês pela empresa APIN, em todo o concelho e recolheu todos os contentores que se encontravam em mau estado. Sabe que têm estado a repor novos, já da própria empresa, mas vai solicitar ao Vice-Presidente, para que vejam alguma situação que possa ter passado. Informou também que em relação ao IC8 temos, um problema no nó de saída para os Troviscais e Mosteiro, desde a execução da mesma e que temos estado a trabalhar, em conjunto com as Infraestruturas de Portugal, apontando para aquele nó, inclusive já estiveram presentes no local e realmente é um ponto bastante perigoso, havendo também mais um ponto negro do mesmo género, na Tojeira. -----

O Presidente da Câmara Municipal continuou a intervir e esclareceu o Deputado da Assembleia Municipal Ricardo Pereira em relação ao pavilhão desportivo, informando que está-se a tentar resolver esta situação da melhor maneira. Informou que falou com uma representante da comissão de pais e explicou que não ia ser fácil, mas que iríamos tentar arranjar soluções, porque a Proteção Civil não deixa

Ponto dois - Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar sobre este ponto dois. -----

O Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra e começou por informar que, em relação às obras em projeto, em fase de adjudicação e em fase de conclusão, os deputados têm em seu poder toda a documentação para o efeito, onde consta também a recuperação da Capela de Nossa Senhora das Brotas e outra capela, também bastante importante, com muito significado para Pedrógão Grande, que é a Capela de São Dionísio, no cemitério da freguesia de Pedrógão Grande e que vai ser recuperada e integrada na estrutura do cemitério, que também vai sofrer uma limpeza de fundo, estas obras já foram autorizadas pela Diocese de Coimbra. Informou ainda que, em princípio, as obras da Igreja Matriz de Pedrógão Grande irão começar este ano. Outra das obras é a criação de um posto de turismo mais dentro da Vila, junto ao jardim da Devesa, para facilitar informação aos turistas, porque se notou essa dificuldade durante o verão -----

O Presidente da Assembleia Municipal, considerando não haver intervenções referentes a este ponto, passou então à discussão do ponto três.-----

Ponto três - Propostas do Município: -----

Três ponto um - Proposta para alteração da estrutura orgânica do Município de Pedrógão Grande e respetivo Mapa de Pessoal.-----

O Deputado da Assembleia Municipal, Rui Capitão, interveio e solicitou a palavra ao Presidente da Assembleia Municipal.-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Deputado da assembleia Municipal, Rui Capitão.-----

O Deputado esclareceu que antes de se entrar no ponto três, quer em nome da Bancada do PSD, fazer um requerimento à mesa, porque consoante a resposta a esse requerimento os deputados que integram a Bancada do PSD, poderão sair da sala, em bloco, e se o fizerem deixará de haver quórum, por isso solicitou a palavra para fazer o respetivo requerimento, que a seguir se transcreve.-----

“Nos termos do estatuto dos eleitos locais os mesmos estão vinculados ao princípio da legalidade e devem cumprir e fazer cumprir as normas constitucionais e legais relativas à defesa dos interesses e direitos dos cidadãos, no âmbito das suas competências.

Constata-se que os pontos 3.1; 3.2; 3.3; 3.4; 3.5 do período da ordem do dia correspondem aos pontos 3.3; 3.6; 3.7; 3.8 e 3.9 da ordem do dia a que se refere a ata da reunião de executivo do dia 17 de Setembro.

Os Órgãos do Município, assim como os seus funcionários, estão obrigados a cumprir com o princípio da verdade, boa-fé e legalidade.

Princípios violados, segundo cremos e segundo fomos informados, na reunião e ata de 17 de Setembro último e de onde resultam os pontos em discussão.

Desde logo é aberrante submeter a votação o pedido de regresso do cabeça de lista do PSD Dr. João Marques à vereação, o qual se encontrava a pedido do próprio com mandato suspenso. Ora uma coisa é



de ficar com um site novo e bem feito. Não sendo possível, pode-se sempre contratar uma empresa para o fazer. -----

O Deputado da Assembleia, Rui Capitão, interveio para esclarecer que a questão da sinalização da EN2 não tem a ver com alguma publicidade ou com marcas, mas o que quis dizer foi que quando se vem do Norte do concelho, junto ao cruzamento do Vale de Barco e seguindo este cruzamento é que se iria retomar uma parte do antigo troço da EN2, nesse local não existe sinalização indicativa, não se estando a referir a sinalização rodoviária para o tráfego, mas sim a sinalização turística, para que quem venha neste circuito saiba que se quiser prosseguir com o troço antigo, tem que ir diretamente para dentro da Vila de Pedrógão Grande e é neste local que se deveria colocar algo identificativo, algo turístico que leve as pessoas a entrar no centro da Vila. Esclareceu ainda que junto da Av^a 25 de Abril existe um marco antigo que, se calhar, não será aí o sitio ideal para estar e o que sugere à Câmara Municipal, que tem autonomia, é que retire esse marco e coloque-o realmente num sitio mais indicado. -----

O Presidente interveio para esclarecer que no cruzamento da ETA se encontra um sinal da EN2 já há bastante tempo. Informou também que as Infraestruturas de Portugal vão desclassificar a estrada junto à primeira entrada para a futura Área de Localização Empresarial – ALE e os sinais existentes nesse local serão então retirados e vão ser colocados na antiga EN2. -----

O Presidente da Assembleia Municipal interveio para esclarecer a Deputada da Assembleia Municipal Nélia Alves sobre os horários da Assembleia Municipal. Informou que durante todo o tempo que está na Assembleia Municipal, como Presidente da mesma, as reuniões eram inicialmente convocadas para as dezassete horas ou dezoito horas e o que se verificava era que as reuniões acabavam pela noite dentro, havendo reclamações por acabarem muito tarde, porque havia algumas pessoas tinham que se deslocar e fazer bastantes quilómetros durante a noite, o que era bastante constrangedor, isto porque as sessões, muitas vezes, eram prolongadas até às vinte e quatro horas, quando havia pessoas que teriam de fazer duas ou três horas de viagem. Temos que encontrar algum equilíbrio. Aquilo que nós procurámos hoje “ensaiar”, até porque há pessoas às quais se torna bastante constrangedor o horário atual e não comparecem às reuniões sistematicamente fazendo-se substituir, tratando-se de pessoas que acrescentariam muito valor às mesmas, assim como já referiu, hoje “ensaiámos” aqui um pouco o controlo dos tempos e este período antes da ordem do dia é de sessenta minutos e já vamos com uma hora e meia. Vai-se tentar controlar os tempos de intervenção, de forma a utilizar o menor tempo possível. A Mesa é muito sensível a este problema e a quem tem que viajar para lá das vinte e quatro horas, durante duas ou três horas, compreende perfeitamente que haja pessoas que não possam fazer viagens longas durante a noite. Temos que encontrar aqui um meio termo e sermos mais objetivos e mais organizados, no sentido das reuniões serem mais eficientes na gestão do tempo e, aí não haverá qualquer problema por parte do Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa em convocar as reuniões para as dezassete ou dezoito horas, mas é preciso que saibamos, cada um de nós, porque não é só a Mesa colocar-se aqui num quadro autoritário, usando as suas prerrogativas, tem que se fazer as coisas dentro de um quadro razoável para todos e serem mais eficientes. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para esclarecer este assunto, na medida que entender, embora tenha acrescentado que a Mesa da Assembleia Municipal não vê quaisquer condições, nomeadamente de legitimidade, para se discutir uma ata de um Órgão colegial, que tem o seu regime, o seu próprio funcionamento, no que respeita à elaboração e aprovação das atas. Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para esclarecer o que entender sobre a matéria. -----

O Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para informar que não esteve presente na reunião de Câmara do dia dezassete de setembro de dois mil e vinte, e de seguida deu a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal para esclarecer o que entender em relação a esta matéria.-----

O Vice-Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra e questionou o Deputado da Assembleia Municipal se tinha lido a ata da reunião de Câmara Municipal do dia dezassete de setembro de dois mil e vinte, acrescentando que a mesma é muito clara e esclarecedora, especificamente fazendo um resumo do que aconteceu, relativamente a este assunto e reflete exatamente e nada mais que a verdade. Referiu ainda que cada um responde pelos seus atos, é responsável pela prática dos mesmos. A ata é esclarecedora e bastante clara no que diz respeito a este assunto. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Deputado da Assembleia Municipal Rui Capitão. Tomou a palavra o Deputado da Assembleia Municipal, Rui Capitão, para lembrar que os pontos que vão estar em discussão, dependem da deliberação que foi prestada pelo Executivo, na ata de dezassete de setembro de dois mil e vinte, que de comum nada tem e a questão que coloca é se o Presidente da Assembleia Municipal vai permitir ou não a palavra aos Vereadores visados no requerimento, para se pronunciarem sobre o assunto, ou se vai ser chamado aqui à colação, aquilo que esses Vereadores eventualmente declararam na ata dessa reunião, porque o que está efetivamente em causa, são as tomadas de deliberações sem que tenha existido quórum alegando-se, posteriormente, que a reunião do Executivo tinha sido suspensa, isto no fim dos Vereadores já estarem fora dos Paços do Concelho. Somente quer saber se as deliberações que hoje estão para aprovação da Assembleia Municipal estão ou não estão feridas de alguma irregularidade e de situações que suscitem dúvidas de legalidade e de suspensão. Rematou que se o Presidente da Assembleia Municipal achar que deve dar a palavra aos Vereadores, fica o assunto esclarecido de forma clara e transparente. -----

O Deputado da Assembleia Municipal João Gama interveio para dizer que tem muita estima pelo Deputado Rui Capitão e por muito do trabalho que faz e traz de casa, que depois, de vez enquanto, deriva em variações populistas de retórica, sobre situações que não são propriamente para esta Assembleia Municipal, sendo por isto que depois descamba. Referiu que não podemos ter horários de cinco ou seis horas. Alarga-se aqui o tempo com coisas que não estão corretas, são simplesmente “bailes” de bastidores, que começam a ser feitos numa Assembleia Municipal, como podemos verificar, em que os deputados entram e saem várias vezes e assim se gastam horas de invenções feitas por “artistas inventores”. Disse ainda que não está de acordo que se continue a perder tempo sistemático com coisas que não estão corretas. -----

O Presidente da Assembleia Municipal interveio para agradecer ao Deputado João Gama as suas palavras. Esclareceu que a Mesa da Assembleia não pode permitir a discussão sobre uma ata da reunião de Câmara, quando existe uma aprovação da mesma e não foi impugnada. O Deputado Rui Capitão vem levantar um



o Órgão apreciar o pedido de regresso com vista a apurar se os requisitos estão preenchidos, outra bem diferente é submeter a votação o próprio pedido de regresso, como se coubesse ao Sr. Presidente e Vice-Presidente da CMPG escolher quem querem ver na vereação, independentemente dos resultados eleitorais e da ordem pela qual as pessoas foram eleitas. O que fizeram, decidindo deliberar com voto que qualidade o não regresso.

Mas para além disso, tanto ou mais grave foi a artimanha ilegal, imoral e antidemocrática que terá ocorrido após esta votação para se conseguir a existência de quórum deliberativo entretanto perdido.

Segundo sabemos, depois de os Sr. Vereadores: Dr. Raul Garcia e Dr.ª Margarida Guedes terem decidido abandonar a reunião, após o ponto 3.1, alertando os presentes que com a sua saída não existia quórum deliberativo, retirando-se de seguida, dos Paços do Concelho, não foi, nos termos legais, a reunião dada por terminada nem se lavrou a respectiva ata por falta de quórum, nem se procedeu ao reagendamento da reunião.

Segundo sabemos, após o abandono daqueles e por artes mágicas, o Sr. Vereador eleito pelo PSD Dr. António Domingues, que se encontrava a faltar, não tendo comparecido à chamada das 15H00, não tendo comparecido ao período antes da ordem do dia, nem à discussão do ponto 3.1 da ordem de trabalhos, é trazido aos Paços do Concelho, por volta das 16H30. Trazido, segundo nos foi relatado, por um dos gerentes nomeados da Petroensino, participada da CMPG.

E assegurada a presença deste Vereador / trabalhador, com subordinação jurídica e financeira à dita Participada e indiretamente à CMPG, resolveram os presentes retomar a reunião, logrando assim a aprovação total dos restantes pontos da ordem de trabalho, os quais vêm agora a esta Assembleia.

A que se seguiram menções em ata e que não correspondem à verdade, que não corresponde ao que de fato sucedeu e que terão até já sido de objeto de impugnação, por falsas, na reunião de Executivo após 17 de Setembro.

A bancada do PSD não se revê em tais comportamentos. Não se revê na ilegalidade de tais condutas, nem nos meios e expedientes utilizados para, depois da perda de quórum deliberativo e do abandono dos vereadores em causa do edifício da Câmara Municipal, tentar a todo o custo obter quórum. Caso assim se venha a confirmar.

Como também não se revê na conduta do seu companheiro o qual, sabendo que fora solicitado o regresso do cabeça de lista do PSD, decide faltar à votação do respetivo ponto, como depois sujeita-se e presta-se a ser carregado para a reunião de Executivo, à revelia de quórum e participar na dita reunião, sem antes ou depois informar ou contactar o seu par na Vereação. Conduta que será em devido tempo apreciada mas que não nos surpreende.

Atendendo à gravidade das questões suscitadas e estando os Srs. Vereadores presentes, requer-se que aos mesmos seja permitida a intervenção, a qual pode ser requerida pelo Presidente da Câmara, pelo Presidente da Mesa da AM ou pelo plenário, a fim de darem, querendo, explicações.

Caso não seja aos mesmos dada a palavra, ou não sendo as justificações bastantes para repor o juízo de ilegalidade supra descrito e, porque em momento algum os eleitos por esta bancada participarão na discussão de pontos da ordem de trabalho feridos de tamanha ilegalidade, a bancada do PSD abandonará os trabalhos. “-----



O Deputado da Assembleia Municipal Rui Capitão interveio para informar que, uma vez que não houve resposta positiva ao requerimento apresentado pelos Deputados da Bancada PSD, assinada por ele próprio em representação de todos os outros, a Mesa da Assembleia Municipal pode continuar com a reunião, sendo livres de deliberarem sobre todos os pontos, não o fazendo com a presença dos deputados da Bancada do PSD. -----

O Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para informar que a Assembleia Municipal continuará a trabalhar, como sempre o fez e fará, em prol do interesse dos Municípios. -----

Os Deputados da Assembleia Municipal da Bancada do PSD presentes, abandonaram a sessão e a sala às dezassete horas e quinze minutos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal retomou a palavra para informar que não há quórum para a continuação dos trabalhos, sete deputados da Bancada do PSD, que têm responsabilidades, abandonaram os trabalhos. Sobre os pontos que hoje iam ser aqui discutidos e nada têm a ver com a questão que foi levantada do regresso do Vereador Dr. João Marques, continuou para fazer um breve esclarecimento e disse que já nada o surpreende e, principalmente, o modo como as coisas em Pedrógão Grande se desenrolam. Confessa com alguma tristeza. Esclareceu ainda que foi muitas vezes convidado para ser candidato a Presidente da Assembleia Municipal e outros cargos, nunca aceitando qualquer lugar da política. Para que conste, esta declaração de interesses, nunca aceitou qualquer lugar de Deputado, membro de comissões nacionais, etc. Apenas aceitou ser candidato à mesa da Assembleia Municipal em Pedrógão Grande, na sequência dos trágicos acontecimentos de dezassete de junho de dois mil e dezassete, na convicção de que podia vir a ajudar em algo no sentido de poder colocar esta terra no “mapa”. É uma terra que considera abandonada, onde não há grandes oportunidades para os jovens, é uma terra desertificada, com uma população envelhecida onde a capacitação humana, infelizmente, é superior do que aquilo que a terra pode dar e aproveitar, porque nós não somos capazes de pensar num projeto de desenvolvimento para Pedrógão Grande e não era difícil, desde que tivéssemos um Governo Central apostado em colocar o Centro do País no centro das preocupações de quem governa Portugal. Temos vantagens comparativas, relativamente aos nossos parceiros europeus, na área em que somos fortes que é na floresta, com oportunidades para desenvolvermos um programa de reordenamento florestal, mas para isso é preciso haver capacitação humana, capacidade física para levar um trabalho por diante como é necessário fazer. É preciso também haver capacidade financeira para o fazer, não somos nós, com as nossas próprias forças que somos capazes de o fazer, não temos meios humanos nem financeiros. Podíamos, a partir da floresta alavancar uma estratégia de desenvolvimento que nos conduzisse à indústria da madeira, do turismo, ao aproveitamento de muitas daquelas que são as potenciais utilidades da região. Foi por isto a sua motivação para assumir estas responsabilidades e infelizmente não tem conseguido dar muito. Quando nós pensamos naquilo que é a base para podermos aproveitar essas vantagens, ou aquilo que é o nosso potencial de desenvolvimento, há coisas que são tão básicas, como o cadastro das propriedades que nós não temos feito. Há questões essenciais que era preciso termos a ajuda do Estado Central e as únicas ajudas que temos são as vindas à missa no dezassete de Junho. Se formos ver as cinquenta medidas de revitalização do interior, qualquer pessoa que está minimamente por dentro disto, não pode deixar de “se rir” ou de “sorrir”, é uma vergonha, devíamos ter um conjunto de pessoas em lugares de responsabilidade que assumissem, no sentido de fazerem uma frente forte em articulação



conjunto de suspeitas, fazendo o apelo, o que é absolutamente estranho, a uma espécie de julgamento pela Assembleia Municipal, quando o mesmo Deputado diz que estas coisas se apreciam ou analisam nos tribunais, portanto não é a Assembleia Municipal que aqui vai fazer de tribunal. A Mesa da Assembleia Municipal tem que se orientar, obviamente, pelos documentos produzidos pela Câmara Municipal, aprovados pelo seu Órgão Executivo e, naturalmente, também pelas respetivas atas. Não vislumbrou no documento de que se tem aqui estado a falar ou outro posterior, qualquer situação que suscite dúvidas de legalidade. A Mesa da Assembleia Municipal não se arroga a capacidade de julgar tudo bem, tem que agir em função daquilo que é a consciência de cada um dos seus Deputados e organizar o desenvolvimento dos trabalhos em função desse juízo, que é seu porque é sua responsabilidade e não está, nem pode estar, sujeita qualquer pressão, face a esta ou aquela maneira. A Mesa da Assembleia Municipal e desde logo o seu Presidente não são pressionáveis. A respetiva Mesa, a partir dos documentos, entende com forte convicção, quase com a certeza absoluta, de que as atas refletem aquilo que efetivamente se passou e as atas não refletem qualquer situação de ilegalidade e, se os Deputados da Assembleia Municipal ou algum dos Vereadores entendessem haver ali um quadro de ilegalidade, já tinham tido tempo para tomar medidas no sentido de dizer “há aqui uma ilegalidade e nós vamos impugnar”. Disse ainda que isso não pode conduzir à paralisação do funcionamento do Órgão, de uma Assembleia Municipal, e por conseguinte vamos prosseguir os trabalhos. Cada um dos Deputados da Assembleia Municipal deve pensar. Ao Deputado João Gama, disse comungar do seu sentimento, acrescentando que “nós estamos aqui com o propósito de trabalhar para o bem desta terra, para que seja uma terra onde as pessoas se sintam bem, para que seja uma terra de oportunidades e que não seja uma terra de oportunidades perdidas.” Disse ainda que, infelizmente, não sente que haja uma comunhão ao nível da prática e ao nível da teoria que vá no sentido de se trabalhar harmoniosa e afincadamente para resolver os problemas desta terra. Talvez por isso é que muitos dos problemas que já deviam ter sido resolvidos não o estão e é muito difícil que algum dia venham a estar, se não conseguirmos alterar este modelo de funcionamento e de estar na política ao serviço das pessoas. A Mesa e o seu Presidente não têm dúvidas, por virtude dos documentos, que tiveram oportunidade de apreciar e de ajuizar, que não estamos perante qualquer ilegalidade. Continuou dizendo que cada um é livre de fazer o que bem entender e que como o Deputado Rui Capitão deixou a ameaça de que a Bancada do PSD, iria abandonar os trabalhos, o que não é criticável, cada um assume as suas responsabilidades, mas assume-as não perante a Mesa, a Mesa não pede responsabilidades, os Senhores Deputados, são livres estão aqui, têm direitos e deveres e como tal e nomeadamente o direito de abandonar os trabalhos, mas respondem perante as mulheres e homens desta terra, respondem perante os grande desafios com que esta terra se confronta e em relação aos quais os Senhores Deputados deviam dar um contributo assertivo, um contributo da busca de um quadro de concertação de todos, para que os resultados fossem alinhados com aquilo que as pessoas esperam deste Órgão, enquanto Órgão deliberativo e esperam, obviamente, do Órgão executivo da Câmara Municipal, porque todos os dias dá a face. Assim se os Senhores Deputados entendem abandonar a sessão, como foi entendido, em função da resposta ao requerimento, procedam da maneira que entenderem. Informou mais uma vez que os trabalhos vão continuar à exceção do ponto três, ponto seis da ordem de trabalhos, porque o pedido não está devidamente elaborado e vai ser retirado. -----

com os outros Municípios. Disse ainda que da sua parte tentou fazer uma reunião com os presidentes das Assembleias Municipais da Região e que apesar das fortíssimas diligências que fez não conseguiu. Referiu ainda que devíamos estar unidos numa frente muito grande de todos os concelhos do interior, Pedrógão Grande, Sertã, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Pampilhosa da Serra, Oleiros, Góis e Arganil, no sentido de dizermos, alto. Não se cansa de dizer aos responsáveis deste país e aos governos que a maior ilha do território nacional é a do Pinhal Interior e não as Ilhas dos Açores ou Madeira. A maior ilha e a mais abandonada de todas é esta “ilha” do Pinhal Interior e nós devíamos ter essa consciência e, sobretudo, devíamos ter pessoas que na política se interessassem por fazer valer a força de um território imenso, com capacidades imensas que muitos homens tem dado para a história do País. -----
O Presidente da Assembleia Municipal informou ainda que vai ser convocada uma reunião extraordinária para o próximo dia cinco de outubro de dois mil e vinte (segunda feira), pelas quinze horas-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada esta sessão da Assembleia Municipal, pelas dezassete horas e trinta e sete minutos, por verificação de falta de quórum, que depois de lida e aprovada será assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

(António Tomás Correia)

O Primeiro Secretário

(Fernando Manuel Fernandes Antunes)

Segundo Secretário

(Joaquim Augusto Torres Simões Palheira)